



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007914-59.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Duplicata**
 Requerente: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**
 Requerido: **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação de Obrigação de fazer com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, ajuizada pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS** em face de **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**, alegando, em síntese, que teve ciência de que foram efetivados os protestos das duplicatas mercantis nºs 02251176156, vencimento em 15/02/2016, no valor de R\$32,455,06 e 09300661693, vencimento em 13/01/2016, no valor de R\$31.301,21, contudo, não mantém qualquer vínculo jurídico com a requerida que autorizasse a emissão de título de crédito, tendo em vista que não é mais a responsável pela gestão e operacionalização dos serviços prestados pelo Hospital Escola, nos termos do que prevê a Lei Municipal nº 17.805 de 02 de abril de 2014. Requer a procedência do pedido para que seja determinado o cancelamento definitivo dos protestos. Juntou Certidão do 1º Cartório de Notas e de Protestos de Letras e Títulos e Documentos de São Carlos, Lei Municipal nº 17.805/2014 e Ofício nº 022/DPCP/São Carlos (fls. 7/10).

Pela decisão de fls. 11/12 foi deferida a tutela provisória de urgência.

Citada, a requerida apresentou contestação (fls. 22/38). Inicialmente, informa ter cumprido integralmente os termos da tutela concedida, para o fim de excluir os apontamentos existentes contra a municipalidade. Suscitou preliminar de incompetência relativa em razão do lugar, já que houve eleição da Comarca de Campinas para dirimir controvérsias. No mérito, afirma que os protestos foram efetivados em 01/06/2016, sendo que, em 10/08/2016, foram quitadas as faturas inadimplidas, devendo, portanto a municipalidade ser responsabilizada pelo pagamento das custas e emolumentos cartorários. Sustenta, ainda, que a responsabilidade pelo pagamento das faturas mencionadas nesta ação seria do Município, pois não teria havido a transferência de titularidade da requerente para a Fundação Universidade Federal, ônus que lhe incumbia. Requereu o acolhimento da preliminar de incompetência de juízo, remetendo-se os autos ao Juízo da Comarca de Campinas ou a improcedência do pedido. Juntou os documentos de fls. 41/61.

Houve réplica (fls. 64/66).

É o relatório.

Fundamento e decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do Código Processo Civil, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia.

Inicialmente, afasto a preliminar de incompetência em razão do lugar,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

arguida pela requerida, pois a cláusula de foro de eleição, em contratos de adesão, em local diferente da residência do consumidor e da consecução do contrato, é nula, por ser prejudicial ao consumidor, por força do disposto nos artigos 6.º, VIII e 51, IV, do Código de Defesa do Consumidor, em razão de ser abusiva.

Nesse sentido:

"DIREITO CIVIL. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE ADESÃO. ARTIGO 535, II, CPC. VIOLAÇÃO. NÃO-OCORRÊNCIA. EXAME DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA VIA DO RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA TERRITORIAL ABSOLUTA. POSSIBILIDADE DE DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA. AJUIZAMENTO DA AÇÃO. PRINCÍPIO DA FACILITAÇÃO DA DEFESA DOS DIREITOS. COMPETÊNCIA. FORO DO DOMICÍLIO DO CONSUMIDOR. (...) 3. O magistrado pode, de ofício, declinar de sua competência para o juízo do domicílio do consumidor, porquanto a Jurisprudência do STJ reconheceu que o critério determinativo da competência nas ações derivadas de relações de consumo é de ordem pública, caracterizando-se como regra de competência absoluta. 4. O microsistema jurídico criado pela legislação consumerista busca dotar o consumidor de instrumentos que permitam um real exercício dos direitos a ele assegurados e, entre os direitos básicos do consumidor, previstos no art. 6º, VIII, está a facilitação da defesa dos direitos privados. 5. A possibilidade da propositura de demanda no foro do domicílio do consumidor decorre de sua condição pessoal de hipossuficiência e vulnerabilidade. 6. Não há respaldo legal para deslocar a competência de foro em favor de interesse de representante do consumidor sediado em local diverso ao do domicílio do autor. 7. Recurso especial não-conhecido. (STJ, 4.ª T, Resp n.º 1.049.639, Min. João Otávio, d.j. 16.12.2008, DJ 2.2.09)."

No mérito, o pedido é procedente.

A questão versa sobre a responsabilidade pelo pagamento de faturas de conta de energia elétrica, tiradas em nome do Município de São Carlos, no valor de R\$ 31.301,21 e 32.455,06, com vencimentos em 13/01/2016 e 15/02/2016, a que a requerente atribuiu à Fundação Universidade Federal de São Carlos.

Nos termos da Lei nº 17.085 de 2 de abril de 2014, o Poder Executivo local foi autorizado a transferir à Fundação Universidade Federal de São Carlos, o Hospital Escola Municipal "Prof. Dr. Horácio Carlos Panepucci", compreendendo obras, instalações, equipamentos e mobiliário, no prazo de até doze meses a partir da publicação desta Lei.

Conforme art. 3º da referida lei, ao final de doze meses, a Fundação sucederia o Município nas obrigações concernentes aos custos gerados pela gestão e operacionalização do serviço.

Segundo consta às fls. 9/10, a requerida respondeu um ofício à Fundação Universidade Federal de São Carlos e Prefeitura Municipal de São Carlos, datado de 27 de outubro de 2016, com informações relativas aos débitos existentes pertencentes ao Hospital Universitário, reconhecendo que, levando em consideração a informação constante no Ofício 098-2016, de que a partir da publicação das Leis 17.085/2014 e 17.193/2014 o Hospital Universitário teria sido transferido para o domínio da Fundação Universidade Federal de São Carlos e, observando-se as datas dos consumos/débitos existentes com a concessionária de energia elétrica, "fica claro que os débitos pertencem a Fundação



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Universidade Federal de São Carlos".

Assim sendo, não resta dúvida de que a responsabilidade pelo pagamento do débito junto à requerida é da Fundação Universidade de São Paulo, efetiva consumidora do serviço, e não da requerente.

Nesse sentido já decidiu o E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

APELAÇÃO EXECUÇÃO FISCAL EMBARGOS RELAÇÃO DE CONSUMO FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO ILEGITIMIDADE CARACTERIZADA RESPONSABILIDADE DO EFETIVO CONSUMIDOR DO SERVIÇO EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL EM RELAÇÃO À CDHU MANTENÇA. Correto o entendimento de que mesmo que ainda figure formalmente como proprietário do imóvel junto ao Cartório de Registro competente, mas com a efetiva transmissão de posse aos adquirentes, esses se tornam os únicos beneficiários e que teriam se utilizado o referido serviço, implicando pela legitimidade quanto à responsabilidade pelo respectivo pagamento. Decisão mantida. Recursos voluntário e oficial negados. (TJ-SP - REEX: 00154964020118260566 SP 0015496-40.2011.8.26.0566, Relator: Danilo Panizza, Data de Julgamento: 27/08/2013, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 29/08/2013)

Assim, a procedência do pedido é medida que se impõe.

Ante o exposto, confirmo a tutela provisória de urgência concedida (fls. 11/12) e **JULGO PROCEDENTE** o pedido, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, para determinar a sustação definitiva dos títulos levados a protestos. Expeça-se o necessário.

Condeno a requerida ao pagamento das custas e despesas do processo, na forma da lei. Deixo de condena-la em honorários de sucumbência, já que cabia ao autor providenciar a transferência da titularidade da conta para a Fundação Universidade Federal de São Carlos.

P.I.

São Carlos, 31 de outubro de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA